

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da BMC Previdência Privada S.A., empresa integrante do Grupo Bradesco Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes.

A BMC Previdência Privada S.A., constituída em 2004, iniciou suas atividades em janeiro de 2007, comercializando planos de pecúlio com cobertura temporária.

Desempenho das Operações de Previdência Complementar

As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do exercício, o montante de R\$ 21,153 milhões (R\$ 9,836 milhões em 2013).

O resultado acumulado do exercício de 2014 foi de R\$ 925 mil e o patrimônio líquido monta R\$ 20,632 mil em 31 de dezembro de 2014.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da BMC Previdência Privada S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Evento Societário

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no exercício de 2014, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$ 10,000 milhões, passando o capital social, em 31 de dezembro de 2013, de R\$ 7,250 milhões, para R\$ 17,250 milhões em 31 de dezembro de 2014, representado por 14.384.579 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal (7.200.000 em 31 de dezembro de 2013). Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2015

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
ATIVO			
Circulante		21.169	9.862
Disponível		10	8
Caixa e bancos		10	8
Aplicações	4	21.153	9.836
Outros créditos operacionais			12
Títulos e créditos a receber		6	6
Créditos tributários e previdenciários	5	6	6
Ativo não circulante		992	819
Realizável a longo prazo		680	501
Títulos e créditos a receber		680	501
Créditos tributários e previdenciários	5	241	168
Depósitos judiciais e fiscais		439	333
Investimentos		312	318
Imóveis destinados a renda	6	312	318
Total do ativo		22.161	10.681

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

	Nota	2014	2013
PASSIVO			
Circulante		1.016	370
Contas a pagar		1.006	355
Obrigações a pagar		544	202
Impostos e encargos sociais a recolher		4	5
Impostos e contribuições		458	148
Débitos de operações com previdência complementar		6	8
Outros débitos operacionais		6	8
Provisões técnicas - Previdência complementar	7	4	7
Planos não bloqueados		4	7
Passivo não circulante		513	384
Outros débitos		513	384
Provisões judiciais	8	513	384
Patrimônio líquido	9	20.632	9.927
Capital social		17.250	7.250
Reservas de lucros		3.382	2.677
Total do passivo e patrimônio líquido		22.161	10.681

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Resultado antes dos impostos	1.379	534
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	6	6
- Variação das provisões técnicas	(3)	(4)
- Variação de outras provisões técnicas	-	(8)
- Atualização monetária de provisões judiciais	39	25
- Atualização monetária de depósitos judiciais	(34)	(22)
Lucro ajustado do exercício	1.387	531
Variações nas contas patrimoniais (Aumento)/Redução:		
- Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(11.317)	(277)
- Outros créditos operacionais	12	(12)
- Títulos e créditos a receber	(145)	(50)
- Contas a pagar	286	22
- Débitos das operações de previdência	(2)	(1)
- Outros débitos	90	34
Caixa consumido pelas operações:	(11.076)	(284)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(155)	(119)
Contribuição social sobre o lucro pago	(63)	(50)
Caixa Líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(9.907)	78
Atividades de Investimento		
- Dividendos pagos	(91)	(92)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(91)	(92)
Atividades de Financiamento		
- Aumento de Capital	10.000	-
Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento	10.000	-
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	2	(14)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8	22
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	10	8
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	2	(14)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Contribuições para cobertura de riscos		83	116
Variações das provisões técnicas		3	4
Prêmios ganhos		86	120
Variação de outras provisões técnicas		-	8
Outras receitas e despesas operacionais		-	(8)
Despesas administrativas	12a	(443)	(222)
Despesas com tributos	12b	(192)	(139)
Resultado financeiro	12c	1.857	688
Resultado patrimonial	12e	67	87
Ganho e perdas com ativos não correntes		4	-
Resultado antes dos impostos		1.379	534
Imposto de renda	12f	(327)	(105)
Contribuição social	12f	(127)	(47)
Lucro líquido do exercício		925	382
Quantidade de ações		14.384.579	7.200.000
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$		64,30	53,06

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	925	382
Total do resultado abrangente do exercício	925	382
Atribuível ao acionistas:		
Controladores	925	382

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	7.250	-	157	2.229	-	9.636
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	382	382
Destinação do lucro líquido	-	-	19	272	(291)	-
Dividendos propostos (R\$ 12,64 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(91)	(91)
Saldos em 31 de dezembro 2013	7.250	-	176	2.501	-	9.927
Aumento de Capital - AGE de 07.03.2014	-	10.000	-	-	-	10.000
Aumento de Capital - Portaria SUSEP nº 5.904 de 10.06.2014	10.000	(10.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	925	925
Propostas para destinação do lucro líquido	-	-	46	659	(705)	-
Dividendos propostos (R\$ 15,29 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(220)	(220)
Saldos em 31 de dezembro 2014	17.250	-	222	3.160	-	20.632

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A BMC Previdência Privada S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo. É autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar em todas as modalidades de previdência em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

A controladora da BMC Previdência Privada S.A. é a Bradesco Vida e Previdência S.A., e o controlador final é o Banco Bradesco S.A..

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em Reunião de Diretoria em 28 de janeiro de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 483/2014, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

b. Base para avaliação, de preparação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

- Nota 4 – Aplicações
- Nota 5 a – Créditos Tributários e Previdenciários
- Nota 7 – Provisões técnicas
- Nota 8 – Provisões judiciais

d. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação a valores de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

i. Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

v. Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas média do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação e os ativos de renda variável são contabilizados na data da transação.

vi. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A Companhia reconhece uma provisão para risco de crédito sobre prêmios a receber com base em estudo que apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram certo período de tempo em atraso. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

e. Investimento - Imóveis destinados à renda

É composto por bem imóvel destinado à renda, depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada em 67 anos.

f. Provisões técnicas

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pro rata dia", com base nos prêmios emitidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE).

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) relativa às operações de previdência é constituída de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 485/2014.

g. Teste de Adequação de Passivos ("LAT")

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos benefícios a ocorrer, as despesas administrativas, opções intrínsecas, e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco estabelecidas pela SUSEP.

Para os produtos de previdência complementar aberta, o teste foi realizado por tipo de risco.

Os fluxos relativos a contribuições futuras não registradas na PPNG só foram incluídas no resultado quando o resultado do valor presente foi negativo.

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes

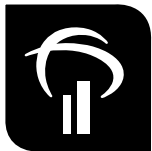
São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais – Fiscais e previdenciárias:

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.



j. Resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência. As contribuições de planos previdenciários são reconhecidas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O possível impacto decorrente da adoção desta alteração está sendo avaliado e será concluído até a data da entrada em vigor da norma.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia.

Consideráveis investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de colaboradores. Tem-se como objetivo elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos e garantir o foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de riscos inerentes às atividades, de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo, estuda todos os riscos (seguro/subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, o Departamento de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência do certificado, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação dos sinistros.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM – *Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com a carteira de produtos da Companhia.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região:

Região Geográfica	Contribuição Recebida	
	Previdência Tradicional	
	2014	2013
Sudeste	83	116
Total	83	116

c. Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

No que tange as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que estão classificadas na carteira de *rating* AAA como demonstrado abaixo:

Aplicações/Rating	2014	AAA
A valor justo por meio do resultado	21.153	
Título de renda fixa privado	21.153	
Total	21.153	

Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito e do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

Ativo	Prazo estimado de realização					Total
	De 0 a 3 meses ou sem vencimento definido	De 3 a 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 a 12 meses	1 a 5 anos	
Disponível.....	10	-	-	-	-	10
Aplicações	21.153	-	-	-	-	21.153
Títulos e créditos a receber (i).....	36	36	37	37	293	439
Total do ativo	21.199	36	37	37	293	21.602
Passivo						
Provisões técnicas.....	4	-	-	-	-	4
Contas a pagar	628	53	53	272	-	1.006
Débitos de operações com previdência complementar ..	6	-	-	-	-	6
Provisões judiciais	42	42	43	43	343	513
Total do passivo	680	95	96	315	343	1.529

(i) O prazo de realização relativo aos montantes registrados nas rubricas "Créditos tributários e previdenciários", foram estimados com base na projeção de realização, apresentada na nota explicativa nº 5.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco, e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia *EVE (Economic Value Equity)*, que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros e em indexadores prefixados, principalmente de operações compromissadas. Em função da baixa exposição o choque proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva mais o efeito fiscal geram impactos em resultado e PL menor que R\$ 1 mil.

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de Capital

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo Bradesco Seguros, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado de atuação do Grupo associado a dimensão da exposição a riscos.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma contínua e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

O Grupo Bradesco Seguros acompanha de maneira permanente os limites requeridos pelo respectivo órgão regulador.

h. Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2014	%	2013	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	21.153	100,00	9.836	100,00
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	21.153	100,00	9.836	100,00
Total	21.153	100,00	9.836	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	2014		Valor contábil/Valor justo
	De 1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Valor contábil/Valor justo	
Valor justo por meio do resultado	21.153	21.153	
Notas do tesouro nacional - Operação compromissada	21.153	21.153	
Total	21.153	21.153	
	2013		Valor contábil/Valor justo
	De 1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Valor contábil/Valor justo	
Valor justo por meio do resultado	9.836	9.836	
Notas do tesouro nacional - Operação compromissada	9.836	9.836	
Total	9.836	9.836	

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2014	2013
Total das provisões técnicas	4	7
Total a ser coberto (A)	4	7
Quota de fundos de investimentos	10.013	65
Total dado em cobertura (B)	10.013	65
Total (A) - (B)	10.009	58

d. Hierarquia do valor justo

As tabelas abaixo apresentam os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2014		2013	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	21.153	21.153	9.836	9.836
Notas do tesouro nacional - Operação compromissada	21.153	21.153	9.836	9.836
Total	21.153	21.153	9.836	9.836

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2014, o desempenho global das aplicações financeiras, atingiu 99,80% no acumulado do exercício.

f. Movimentação das aplicações financeiras

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	9.836	9.559
(+) Aplicações	10.088	194
(-) Resgates	(675)	(647)
(+) Rendimentos	1.904	730
Saldo em 31 de dezembro	21.153	9.836

5. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2014	2013
Impostos a compensar	6	6
Total	6	6

b. Créditos tributários e Tributos diferidos líquidos

	2014	2013
Créditos tributários diferidos (i).....	261	168
Obrigações fiscais diferidas (ii).....	(20)	-
Total	241	168

i. Movimentação de créditos tributários diferidos

	2013	Constituição	Realização	2014
Provisões judiciais - fiscais.....	131	43	-	174
Outros.....	37	87	(37)	87
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	168	130	(37)	261

ii. Movimentação das obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Saldo em 31/12/2014
Atualização de depósito judicial	-	20	20
Total	-	20	20

iii. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015.....	64	23	87
2016.....	64	23	87
2017.....	64	23	87
Total	192	69	261

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 247.



6. Investimentos - Imóveis destinados à renda

	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
				2014	2013
Imóveis destinados à renda.....	1,49%	406	(111)	295	301
Terrenos.....	-	17	-	17	17
Total		423	(111)	312	318

O valor justo dos Imóveis destinados à renda é de R\$ 1.075.

7. Provisões técnicas

a. Composição

	2014	2013
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados.....	4	3
Provisão de despesas relacionadas.....	-	4
Total	4	7

b. Movimentação das provisões técnicas de previdência complementar

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro.....	7	19
Reversão.....	(3)	(12)
Saldo em 31 de dezembro	4	7

8. Provisões judiciais

A Companhia é parte em ação judicial envolvendo o questionamento da base de cálculo do PIS e COFINS e constitui provisão do valor total da contribuição com base no entendimento de obrigação legal, acrescido de juros e atualização monetária.

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro.....	384	325
Constituições.....	90	34
Atualização monetária.....	39	25
Saldo em 31 de dezembro	513	384

9. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerado os atos societários abaixo, é representado por 14.384.579 (7.200.000, em 31 de dezembro de 2013), ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício.....	925	382
Constituição da reserva legal.....	(46)	(19)
Base de cálculo dos dividendos	879	363
Dividendos propostos no exercício	220	91
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%	25%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de março de 2014, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 10.000, em espécie, elevando de R\$ 7.250 para R\$ 17.250 mediante a emissão de 7.184.579 novas ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal, aprovado pela Portaria SUSEP nº 5.904, de 10 de junho de 2014.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

10. Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 302/2013, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao CMR.

CMR é equivalente ou maior valor, entre o capital base e o capital de risco. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a risco de mercado, a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

	2014	2013
Patrimônio líquido.....	20.632	9.927
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	20.632	9.927
Capital base (I).....	15.000	7.200
Capital de risco (II).....	50	41
Capital de risco de subscrição (Resolução CNSP 280/2013).....	14	18
Capital de risco de crédito (Resolução CNSP 228/2010).....	41	29
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito e subscrição.....	(5)	(6)
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (I) e (II)).....	15.000	7.200
Suficiência de capital (PLA -) CMR).....	5.632	2.727

O índice de liquidez em relação ao CMR em 31 de dezembro de 2014 é de 67% e o requerido pela Resolução CNSP 302/2013 é de 20%, equivalente a R\$ 10.009 (nota explicativa 4c) e R\$ 3.000, respectivamente.

11. Transações e saldos com partes relacionadas

	2014	2013	2014	2013
Ativo	21.159	9.843	73	93
Disponibilidades	6	7	73	93
Banco Bradesco S.A. (Controlador final).....	6	7		
Aplicações - Operação Compromissadas	21.153	9.836		
Banco Bradesco S.A. (Controlador final).....	21.153	9.836		
Passivo	220	91	42	39
Contas a pagar (dividendos)	220	91	42	39
Bradesco Vida e Previdência S.A. (Controladora direta).....	220	91		
Total (Ativo - Passivo)	20.939	9.752	31	54

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração anual.

12. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas administrativas

	2014	2013
Despesas com publicação.....	(240)	(108)
Despesas com serviços de terceiros.....	(176)	(90)
Despesa com contribuição sindical.....	(25)	(23)
Despesas com localização e funcionamento.....	(2)	(1)
Total	(443)	(222)

b. Despesas com tributos

	2014	2013
Despesas com taxa de fiscalização.....	(98)	(100)
Despesas com COFINS.....	(81)	(33)
Despesas com PIS.....	(13)	(6)
Total	(192)	(139)

c. Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras	1.938	752
Receitas com fundos de investimentos.....	1.904	730
Outras receitas financeiras.....	34	22
Despesas financeiras	(81)	(64)
Taxa de custódia.....	(42)	(39)
Atualização monetária - Provisões judiciais.....	(39)	(25)
Total	1.857	688

d. Resultado financeiro por categoria

	2014	2013
Titulos a valor justo por meio do resultado.....	1.904	730
Total	1.904	730

e. Resultado patrimonial

	2014	2013
Receita com imóveis de renda.....	73	93
Despesa com imóveis de renda - depreciação.....	(6)	(6)
Total	67	87

f. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Impostos diferidos		
Constituição sobre adições temporárias.....	73	21
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(527)	(173)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(454)	(152)

13. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Resultado antes dos impostos	1.379	534
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(469)	(181)
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	15	29
Contribuição para entidade de classe.....	(8)	(8)
Outros.....	23	37
Imposto de renda e contribuição social devidos	(454)	(152)
Alíquota efetiva	32,92%	28,46%

14. Informações complementares

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 04 de fevereiro de 2015, nos jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado de São Paulo e Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

b. Outras Informações.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- Tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente da participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- Parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação não haverá impactos relevantes futuros nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

DIRETORIA

Lúcio Flávio Conduzê de Oliveira	Diretor-Presidente	Eugênio Liberatori Velasques	Diretor	Jair de Almeida Lacerda Júnior
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Atuário - MIBA nº 809
Marco Antonio Gonçalves	Diretor Gerente	Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor	João Batista Zorzete
		Vinicius José de Almeida Albernaz	Diretor	Contador - CRC 1SP248285/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da BMC Previdência Privada S.A. Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BMC Previdência Privada S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMC Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora
CRC RJ-079849/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da BMC Previdência Privada S.A.

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção da BMC Previdência Privada S.A. (Companhia) em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção da Companhia, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria atuarial obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da BMC Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2014, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729